



Filiado à
CGTB
CENTRAL GERAL DOS TRABALHADORES DO BRASIL



SINTERGS exige diálogo produtivo com o governador

Pág. 16

Das castas privilegiadas

Pág. 2

STF veta redução salarial de servidores Pág. 7

Por que o Sindicato é importante

Pág. 4

Quatro anos com salários atrasados Pág. 8

Incoerências ou mentiras?

Pág. 3

Ato para pressionar judiciário Pág. 9



Nelcir André Varnier
*Diretor Presidente
do SINTERGS*

O tratamento desigual entre os servidores públicos dos poderes continua se perpetuando e se aprofundando. É inacreditável a postura dos representantes do povo e do poder Judiciário, parece-nos que legislam em causa própria e julgam com parcialidade. Para eles, tudo; para os outros, nada. Há mais de 30 anos os servidores esperam por uma lei que atenda à Constituição, que promova justiça e tratamento igualitário aos servidores do Estado do Rio Grande do Sul. Até hoje, nenhum governo resolveu esse problema.

No Legislativo, tiveram a coragem de ventilar a possibilidade de aprovar o projeto da automaticidade para os membros dos poderes. Toda vez que o salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) for reajustado, o mesmo percentual seria repassado para integrantes do Judiciário, MP, TCE e Defensoria, sem necessidade de

Das castas privilegiadas

novo projeto de lei, uma espécie de reajuste automático (que seria muito bom se fosse para todos os servidores e trabalhadores).

E, no mesmo período, ignoraram um projeto de lei que ficou parado durante os anos de 2017 e 2018 que resolveria as injustiças no tratamento entre todos os servidores do Estado. A PEC (projeto de emenda à Constituição) da Data-base ficou parada, só na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), por um ano: o deputado Gabriel Souza (MDB), por inércia ou falta de vontade política, evitou emitir parecer sobre a proposta, uma das etapas antes de ser votada em plenário. Foi seguido, na inércia ou na falta de vontade política, pelos outros deputados da Comissão,

Já o Judiciário, no qual ainda tentamos buscar alento frente a tantas injustiças que sofremos, parece concordar com as ilegalidades cometidas pelo governo, ora quando contestamos os atrasos nos pagamentos dos salários, ora exigindo que o Judiciário determine que o Executivo cumpra com as decisões emanadas pelo próprio Judiciário.

Nesse sentido, nada acontece. E, mesmo provocado com processos abertos e julgados a favor dos servidores do Executivo sobre as perdas salariais, fica inerte frente às obrigações do governo. Além

disso, promoveu reajuste automático em janeiro deste ano, se autoconcedendo 16,38% de aumento nos salários da magistratura. Parece um deboche.

Para piorar, obstruiu acesso ao direito do cumprimento da Constituição quando o Sintergs, sem alternativa e atendendo aos requisitos legais, apelou por um pedido de intervenção federal para sanar o problema dos atrasos nos salários do Executivo. Até ao Conselho Nacional de Justiça fomos, e o resultado é o mesmo: uma grande encenação teatral e solução efetiva inexistente.

O tão sonhado estado democrático de direito que conquistamos a muito custo, com vidas e muitas batalhas, que é a estrutura garantidora da ordem jurídica em nosso país, está ruindo. Ao invés de assegurarem, garantirem e darem bons exemplos para manter essa estrutura tão sonhada pela sociedade, os magistrados dão péssimos exemplos e põem em risco o pacto social homeopaticamente.

Quem está no poder ignora a máxima “todo o poder emana do povo”, pondo à prova a paciência do cidadão, como se fosse uma “monarquia absolutista”, a quem tudo pode. Mas a história é implacável. Viva a queda da Bastilha! Por ora o nosso único consolo. Espero morder a língua. ■

Incoerências ou mentiras?

Em 2 de agosto de 2017 o Rio Grande do Sul ganhou uma liminar judicial que concedeu a suspensão do pagamento das parcelas mensais da dívida com a União. Na mesma decisão, ficou assegurada a proibição da aplicação de qualquer penalidade ao Estado, como reter repasses de recursos, bloqueios de contas, entre outros.

Tanto no governo anterior como no atual, defendem que é de suma importância para o Estado a celebração do RRF (regime de recuperação fiscal). O antecessor ao governo Eduardo Leite, em uma de suas justificativas, garantia que os salários seriam pagos em dia por conta da adesão ao referido regime, visto que daria uma condição de carência por três anos no pagamento das parcelas da dívida. Na prática, hoje já estamos com dois anos sem pagar as parcelas, e os salários continuam em atrasos sistemáticos e com tendência de agravamento.

Já a crise propagada por todo o território nacional parece que é para alguns, pois os bancos Itaú, Bradesco, Santander e Banco do Brasil lucraram, juntos, R\$ 20,474 bilhões no segundo trimestre deste ano, um aumento de 8,3% em relação ao trimestre anterior e de 21,3% na comparação com o mesmo período de 2018. Itaú: R\$ 6,815 bilhões; Bradesco: R\$ 6,669 bilhões; Banco do Brasil: R\$ 4,207 bilhões; Santander: R\$ 3,410 bilhões. Aumentando-se o período em análise e utilizando as mesmas empresas financeiras, acrescida do Bannisul, per-

cebemos que os lucros se mantêm em alta, ao contrário da situação de crise que é divulgada e propagada amplamente pelos meios de comunicação.

Quanto à receita do Estado, nota-se que se mantém robusta e com um leve aumento, segundo dados do portal da Secretaria da Fazenda, resumidos no quadro ao final da página.

Com as publicações dos demonstrativos dos bancos, somados aos divulgados pela Fazenda do Estado, fica difícil de compreender os atrasos nos pagamentos de salários e, mais difícil ainda, em soluções que estão sendo apresentadas por nossos representantes, que, em última análise, são sempre as mesmas de governos anteriores e com resultados desastrosos, pagos por aqueles que trabalham e são explorados.

O atual governo tem mais três anos pela frente. Esperamos que a perspectiva sobre os problemas e soluções mude urgentemente, para que tenhamos resultados diferentes daqueles que já experimentamos no passado.

Lucro líquido em R\$ bilhões (fonte: investing.com)			
Banco	Até junho/2019	2018	2017
Itaú	13,27	24,9	23,19
Bradesco	11,86	19,08	14,66
B. Brasil	9,26	14,5	12,43
Santander	7,04	12,58	8,92
Bannisul	0,722	1,173	1,176

Receita corrente líquida R\$ - valores nominais - Estado do RS (fonte: SEFAZ/RS)				
Mês	Ano			
	2018	2019	Diferença R\$	Diferença %
Janeiro	3.410.623.941,79	3.061.283.955,49	-349.339.986,30	-10,24%
Fevereiro	2.859.618.238,65	3.048.882.383,03	189.264.144,38	6,62%
Março	2.793.627.224,18	3.092.055.614,09	298.428.389,91	10,68%
Abril	3.320.694.062,32	3.635.468.273,50	314.774.211,18	9,48%
Mai	2.921.669.159,22	3.046.559.980,55	124.890.821,33	4,27%
Junho	2.806.884.519,36	2.983.143.658,36	176.259.139,00	6,28%
Julho	2.908.316.982,85	2.965.243.904,91	56.926.922,06	1,96%
Total =	21.021.434.128,37	21.832.637.769,93	811.203.641,56	3,86%

Por que o Sindicato é importante

Nelcir André Varnier
Diretor Presidente do SINTERGS



O sindicato é uma entidade sem fins lucrativos. Nosso objetivo é promover boas políticas que vão ao encontro da dignidade humana e do bem-estar social. Muitas vezes combatemos as más políticas, aquelas que tentam retirar direitos e deturpar a nossa finalidade, o que também é uma forma de promover a boa política. Em síntese, somos uma organização humana que pro-

duz e entrega alternativas para as boas políticas. Somos, essencialmente, uma organização política. Esse é nosso papel. Este é nosso produto. Isso é o nosso DNA.

Apesar de termos como objeto algo que difere do lucro, buscamos otimizar e customizar os recursos que nos são confiados para melhor obtenção e extração dos resultados alinhados e norteados pelas nossas

estratégias. Ou seja, evitamos desperdícios. Mas muitas vezes a mensuração prática das nossas ações em relação ao custo e ao resultado é de difícil avaliação, pois, diferentemente de uma organização que tem como objetivo o lucro, o nosso resultado é abstrato.

Para melhor compreensão, cito um exemplo: o governo de José Ivo Sartori (MDB) tentou retirar direitos de servidores, fizemos campanhas para desqualificá-lo, alguns direitos foram perdidos e outros continuaram. A pergunta agora é: nossas ações, somadas às de outras entidades sindicais, conseguiram barrar o avanço das políticas danosas do governo Sartori? Seria muito arriscado dizer que sim, pois inexitem ferramentas para se ter certeza disso. No entanto, recuos do governo ao tentar implantar estruturas e outras ações contra os servidores e a própria derrota eleitoral poderiam ser utilizados nos discursos e justificativas das entidades como se fossem resultados obtidos positivamente. Cada um justificaria seus resultados de acordo com seus interesses.

Durante o período que estamos à frente da atual gestão do Sintergs, mesmo que de forma modesta, patrocinamos e

reerguemos entidades sindicais, movimentos sociais e atores que estão alinhados ao nosso campo de atuação. Essa foi uma das estratégias que utilizamos para enfraquecer o nosso oponente político: ajudamos a diminuir hegemonias de poder e de protagonismo, que reforçavam a imagem de radicalismo generalizada sobre a estrutura sindical e, conseqüentemente, a nossa desqualificação frente à suposta opinião pública. São séries de ações adotadas para evitar ou obstruir o avanço da má política predominante em nossa sociedade.

É correto dizer que atuar em prol da categoria é o objeto principal, em síntese, do nosso sindicato. Entretanto, essa postura pode cegar os dirigentes e associados de tal maneira que os danos surgem, continuamente, sem termos alternativas imediatas para solucioná-los. Exemplo disso é o cenário que estamos vivendo, um cenário de total instabilidade, perdas de direitos, ataques desproporcionais e constantes, de toda a ordem, sem perspectivas de melhoras e riscos iminentes ameaçando a nossa dignidade.

Em resumo, quero dizer que cuidar tão somente do próprio “umbigo”, das questões diretas, ignorando toda a política em torno de nós e da qual todos fazem parte, direta ou indiretamente, é um equívoco. Mas essa mudança de olhar e de ações estamos conseguindo implementar aos pou-

cos. É difícil conseguirmos uma mudança abrupta sem incompreensões destrutivas, muitas vezes ou quase sempre absorvidas e reproduzidas pela nossa própria base devido àquela cegueira mencionada anteriormente.

Cada um de nós sabe sobre suas prioridades, objetivos de vida, de felicidade, entre outras necessidades e desejos, e tem sua forma de agir para alcançá-los. Mas a nossa organização sindical nos fez membros de uma ligação temporal comprometida, ou seja, aquele que se desligar dessa organização perderá o vínculo de compromissos. Em outras palavras, quero dizer que passamos grande parte do nosso tempo juntos, numa mesma “nave” e com objetivos individuais díspares e às vezes similares, porém sofrendo as mesmas conseqüências da má política, aquela que nos impede de atingirmos, na plenitude, nossos objetivos individuais ou, no mínimo, põe em risco os resultados já obtidos.

Tivemos uma renovação na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul em pouco mais de 50% entre os deputados. Mais da metade dos novos parlamentares estão em primeiro mandato, uma renovação destacável em comparação aos pleitos anteriores. Todos os deputados, novos e os que permaneceram, possuem pré-convencimentos, assim como qualquer pessoa. Essa é uma questão para ser trabalhada, para que a renovação de fato

valha os esforços eleitorais, pois só renovar pessoas sem renovar convencimentos seria o mesmo que manter a velha política, e isso provamos há pouco tempo com a extinção da Licença-Prêmio.

Por isso reforço a necessidade de atuarmos com mais ênfase em cima dos novos deputados, com conversas longas, visitas periódicas, argumentos condizentes e, com apoio de outras entidades, indivíduos e organizações similares que se alinham à nossa política (a boa) e aos nossos objetivos, para apresentarmos outros convencimentos.

Mas por que com mais ênfase nos novos? Primeiro vamos deixar claro o que representa o parlamentar novo, ou nova: é aquele que demonstra menos influência de ditames preconcebidos, sejam eles por influências partidárias, governos, experiências parlamentares, que não apresentem comportamentos e respostas padronizadas como clichês, fáceis de se perceber. Embora o diálogo deva ser permanente com todos, podemos otimizar nossos esforços e energias, focando nos melhores deputados.

É difícil de mensurar o quanto de nossos esforços e ações contribuíram para essa renovação no Parlamento e o quanto dará de resultados efetivos. Talvez o processo de deterioração dos nossos direitos fosse mais célere e os resultados poderiam ser piores dos que estão postos ou estão por vir.

Mas sabemos, com certeza e clareza, que, se nada for feito contra toda a política global prevalecente, ou, se focarmos em nossas demandas diretas tão somente, reproduziremos a atual situação em que nos encontramos para o futuro.

Assim, ao estarmos ligados por esta organização humana que é o nosso Sindicato podemos escolher:

1. Sermos agentes conscientes dos nossos potenciais e tentar atender somente as consequências – que são nossas demandas e objetivos imediatos e diretos;
2. Ou sermos agentes conscientes dos nossos potenciais e aproveitarmos esse momento na história de nossas vidas e agir-mos além do imediatismo, para, pelo menos, tentarmos melhorar o futuro como um todo e para todos. Assim, nossas demandas diretas desaparecerão naturalmente, por conseguinte. É importante essa reflexão para que possamos alinhar nossos objetivos e visualizarmos, juntos, ações no mesmo sentido. Dessa forma, construiremos uma compreensão maior sobre o papel de cada um de nós. ■

Construindo portas de acesso

São incríveis alguns episódios que aconteceram ao longo da atual jornada. Um deles – que considero de grande importância – foi a reaproximação do Sindicato com a CGTB (Central Geral dos Trabalhadores do Brasil). Interpreto esse fato como “espiritual”, algo que foi atraído por forças constantes que se retroalimentam de intenções e objetivos comuns e são impressas no nosso inconsciente coletivo.

Acredito que, quando pessoas passam boa parte de suas vidas concentradas e focadas numa tentativa de promover transformações que deixariam um país e um estado melhores para nós, para nossos entes queridos e para todos, as ferramentas, ideias, tecnologias, pessoas e tudo o que for necessário para o intento acaba por se aproximar, natural-

mente. Foi o que aconteceu.

A CGTB é um fato real. Por mais que pareça uma central que passa por dificuldades – como todo o movimento sindical em nosso país –, caiu em nossas mãos e podemos, junto de outras entidades, potencializar as ações e estabelecer os ditames locais. Ela possui uma história incrível de lutas e tem sobrevivido dessa trajetória. Mesmo com pouquíssimos recursos, ela se manteve firme. Cabe a nós, mandatários, parceiros e promotores desse novo momento, sabermos conduzi-la aqui no Rio Grande do Sul.

Enfim, estamos diante de um campo muito novo de atuação para nós, em que podemos, com astúcia, visão inovadora e audaciosa, adotar arrojadas e inesperadas ações produtivas – ou portas de acesso a outros patamares de luta. ■



STF veta redução salarial de servidores públicos

Mesmo com a votação suspensa, maioria dos ministros já votou por proibir mais uma tentativa do governo de humilhar os servidores



Foi uma vitória contra a barbárie: mesmo que o julgamento da sessão de 22 de agosto não tenha terminado, a maioria dos ministros do STF já votou pela proibição de que estados e municípios reduzam temporariamente a jornada de trabalho e os salários dos servidores públicos quando os gastos com pessoal ultrapassarem o teto previsto em lei.

A redução salarial temporária está prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), mas estava suspensa desde 2002 pelo Supremo porque contaria a Constituição. Os diretores do Sintergs Guilherme Toniolo e Valdir Bandeira Fiorentin acompanharam a votação em Brasília.

O governador Eduardo Leite (PSDB), um dos entusiastas da medida, lamentou que o STF tenha rejeitado a alternativa. “Era

perfeitamente possível. O Supremo já inovou em interpretações sobre a Constituição, como na recente criminalização da homofobia. Por que não na questão fiscal?”, disse.

Até a suspensão da sessão, seis dos 11 ministros já haviam decidido que a redução temporária de carga horária e salários fere o princípio constitucional de irreduzibilidade. Votaram pela proibição, contra o voto do relator Alexandre de Moraes, os ministros Edson Fachin, Rosa Weber, Cármen Lúcia, Ricardo Lewandowski, Luiz Fux e Marco Aurélio Mello.

Além do relator, votaram a favor de permitir a redução temporária os ministros Luís Roberto Barroso, Gilmar Mendes e o presidente da Corte, Dias Toffoli. Com um placar de 6 a 4 contra a redução de jornada e de salários,

o julgamento foi interrompido por Toffoli para aguardar o voto do decano Celso de Mello, ausente por motivo de saúde. A análise só será retomada após o retorno do ministro, sem data prevista.

De acordo com os dados mais recentes do Tesouro Nacional, no ano passado 12 estados descumpriram o limite máximo de 60% de comprometimento da receita corrente líquida com despesa com pessoal, previsto na LRF: Acre, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Paraíba, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Tocantins.

Quando o comprometimento de gasto com pessoal atinge 54% da receita corrente líquida, o estado já está em limite de alerta – e deveria tomar medidas para conter o crescimento dessa despesa. ■

Acredite: servidores estão há mais de quatro anos com salários atrasados

Há 46 meses, ou três anos e dez meses, o governo gaúcho mantém a mesma política de sacrificar os servidores estaduais em nome de uma estabilidade fiscal que beneficia sonegadores e grandes bancos credores da dívida pública. No dia 10 de setembro, começou a pagar os vencimentos de agosto – ou seja, dez dias depois do prazo constitucional para quitar o débito. Segundo o calendário divulgado pela Secretaria da Fazenda, a quitação da folha se dará apenas no dia 11 de outubro, com inadimplíveis 42 dias de atraso.

Eleito com a promessa de alterar a gestão incompetente do ex-governador José Ivo Sartori (MDB), Eduardo Leite (PSDB) não só descumpriu a ladainha de campanha como agravou o problema. Por isso o Sintergs intensificou, a partir de julho, as mobilizações da categoria para pressionar o governo pela normalização dos salários. Leite disse na campanha eleitoral de 2018 que pagaria os servidores em dia “no primeiro ano de governo”.

No final de julho, diante da total falta de perspectiva para o

funcionalismo, o Sintergs protocolou no órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado (TJRS) um pedido de responsabilização criminal do governador pelo descumprimento do mandado de segurança 70063915375, que determina o pagamento dos salários dos servidores estaduais do Executivo e das autarquias até o último dia útil do mês trabalhado.

A ação se baseia no artigo 35 da Constituição Estadual, que estabelece o pagamento dos salários dos servidores públicos até o último dia útil do mês trabalhado. Os atrasos contrariam acórdão estabelecido pelo TJRS em agosto de 2015.

Na ação, o Sintergs pleiteia que o mandado de segurança seja imediatamente cumprido pelo governo estadual e que, em caso negativo, seja caracterizado crime de responsabilidade do governador em função da falta de pagamento, com aplicação do artigo 26 da lei 12.016/2009, que prevê prisão de 15 dias a seis meses para o crime de desobediência (artigo 330 do Código Penal), além de multa diária ao Executivo enquanto perdurar o atraso. ■

"Quando um servidor é humilhado dessa forma, não é só ele que acaba prejudicado. O estudante também sofre as consequências, assim como as famílias desses profissionais e toda a sociedade."

Nelcir André Varnier
*Diretor Presidente
do SINTERGS*

Assembleia e ato para pressionar judiciário



Uma assembleia geral, seguida de um ato em frente ao Tribunal de Justiça, na tarde fria de 2 de agosto, marcou o ponto alto das manifestações pela retomada da normalidade salarial no Estado. Centenas de pessoas exigiram que a Justiça cumpra seu papel e faça o governo cumprir a Constituição, pagando os salários em dia.

Paralelamente, o Sintergs lançou uma campanha para incentivar que os funcionários públicos ingressem com ações judiciais para cobrar indenização do Estado por dano moral relativo ao pagamento dos salários em atraso. Até o fechamento desta edição, 422 servidores haviam instruído uma ação junto ao departamento jurídico do Sindicato. ■

Eleito com a promessa de alterar a gestão incompetente do ex-governador José Ivo Sartori (MDB), Eduardo Leite (PSDB) ainda mantém o mesmo cenário.

Aposentadas que são exemplo de luta



Dona Florisbela

Quase 30 anos separam duas aposentadas da base do Sintergs que não desistem de lutar por seus direitos. A orientadora educacional Florisbela Machado Barbosa Faro, 94 anos, está jubilada desde 1973, mas segue batalhando pelo pagamento em dia dos seus vencimentos, além da incorporação de gratificações devidas pelo Estado. A bibliotecária Nara Mancuso, 67 anos, por sua vez, é frequentadora assídua das manifestações que contestam o parcelamento dos salários do funcionalismo desde 2015, quando o ex-governador José Ivo Sartori (MDB) começou a prática que ainda hoje afeta milhares de famílias no Rio Grande do Sul.

Dona Florisbela sempre foi

uma liderança. Presidente do Conselho de Administração da Associação dos Funcionários Públicos do Estado, quando tinha 80 anos, a orientadora educacional aposentada também presidiu a Associação dos Técnicos em Educação (Atergs) do Rio Grande do Sul. Formada em Pedagogia e em Psicologia, exerceu as duas profissões até meados dos anos 1990. “Acompanhei com tristeza o declínio da educação pública no Estado com a gestão dos militares, a partir da década de 1970. Foram eles que extinguiram o Centro de Pesquisa e Orientação Educacional, um órgão que fomentava os avanços na área”, disse.

A aposentada recebeu a visita

da diretoria do Sintergs no início de setembro, para tratar de suas reivindicações em relação à Gratificação de Estímulo à Capacitação (Gecap). Com dificuldade para se deslocar até a sede do Sindicato, devido à idade, dona Florisbela fez questão de encaminhar o pedido de pagamento da gratificação, que foi confirmada pela Justiça em 2018 numa ação sindical vitoriosa.

A aposentada iniciou sua carreira no Magistério em 1944, lecionando Matemática no município de Canguçu. Quando se transferiu para Porto Alegre com a família, no início dos anos de 1960, foi dar aulas no Colégio Leopoldina antes de cursar Psicologia – mesma escola em que

o presidente do Sintergs, Nelcir André Varnier, fez sua formação no ensino básico. Durante a visita, Nelcir e Florisbela lembraram dos tempos de colégio e da coincidência de terem frequentado a Leopoldina. Dona Florisbela também fez questão de mostrar a coleção de informativos e materiais impressos do Sintergs que coleciona com esmero em casa, fruto da sua militância e da confiança que deposita no Sindicato como seu representante legítimo.

Nova energia

Nara Mancuso trabalhou como bibliotecária do Estado durante 30 anos, atuando em espaços como a Biblioteca Pública, a Secretaria de Obras, a Secretaria de Educação e em escola esta-

dual. A aposentadoria motivou Nara a intensificar a militância nos atos públicos contra o atraso nos salários. “Quando jovem, eu era bastante alienada porque naquela época houve o golpe militar. Então, não se falava muito sobre essas questões por puro medo”, relembra. À medida que foi amadurecendo, percebeu que era necessário “sair para a rua e fazer alguma coisa”. Ela considera importante manifestar quando não está satisfeita. “Eu me importo sim, eu vou às manifestações para dizer que me importo. Muitas pessoas já lutaram antes pela gente, então agora está na nossa hora de levantar bandeira e participar dos movimentos”, afirma.

A aposentada conta que mar-

ca presença inclusive nas manifestações menos concorridas. “Eu vou porque é mais um que vai. Naquele dia é mais um, no outro são mais dois, mais três. Passa um conhecido, vê que eu vou nas manifestações e na próxima já vem junto também. Isso já chama mais gente”, diz ela. Nara completa que participar dos protestos também é uma forma de estar rodeada por pessoas que compartilham das mesmas lutas. “Às vezes eu fico triste com as coisas que estão acontecendo e daí vou pra rua e parece que pego uma nova energia. Conheço gente de tudo que é lugar, estudante, aposentado, gente que está na ativa e muitos aposentados lutando por seus direitos”, explica.



Nara Mancuso

Reapresentação da PEC da Data-base depende de poucas assinaturas

A coleta de assinaturas para a reapresentação da PEC (proposta de emenda constitucional) da Data-base dos servidores públicos estaduais avança na Assembleia Legislativa. A proposta, encampada pela deputada Juliana Brizola (PDT) e apresentada em 2017 a pedido do Sintergs, havia ficado parada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na legislatura passada devido à obstrução do então líder do governo, Gabriel Souza (MDB). Durante mais de um ano, Souza impediu a votação da proposta na Comissão, não permitindo que fosse levada a plenário.

Para ser reapresentada agora, necessita de pelo menos 19 assinaturas de parlamentares. Toda a opo-

sição, representada pelos deputados do PT, parte do PDT, PSOL e PC do B, já se comprometeu a assinar o requerimento solicitando a reapresentação. Juntos, somam 13 adesões. Além disso, os deputados Elton Weber (PSB), Sérgio Peres (PRB), Sebastião Melo (MDB), Rodrigo Maroni (Podemos) e Dr. Thiago (DEM) já firmaram compromisso com a proposta – o que significa apenas mais uma assinatura para a validação do documento.

A proposta busca garantir que no dia 1º de março de cada ano o governo do Estado seja obrigado a negociar e conceder reposição inflacionária para os servidores públicos. Além disso, a proposta também trata da isonomia de direitos entre os poderes. ■



Weber



Sebastião Melo



Sergio Peres



Rodrigo Maroni



Dr. Thiago



Luciana Genro

Apoio do Sintergs devolve arte e inclusão social para jovens que mais precisam

O Sintergs segue apoiando, pelo terceiro ano consecutivo, o projeto Oba! Artes do Instituto Murialdo, na região do Morro da Cruz, zona Leste de Porto Alegre. O projeto, realizado pela Associação Cultural Arte Real (Acar) com patrocínio do Sintergs, teve sua primeira atividade em aula no dia 4 de julho de 2017.

Hoje, são quatro aulas semanais no atelier de arte divididas nos turnos inversos ao da escola, duas pela manhã e duas à tarde. A atividade artística de maior repercussão do projeto é a escultura em papel machê, que se projetou no núcleo familiar e estudantil dos alunos e na comunidade da própria Instituição que o abriga.

A Oficina, nesse terceiro ano, passará a produzir personagens para cenários das atividades teatrais do Instituto Murialdo. Esse viés de expansão levou a

ACAR a desenvolver, em parceria com o Sebrae, um novo perfil para o projeto, destinado à qualificação profissional de jovens a partir dos 15 anos visando inserção no mercado de trabalho pelo empreendedorismo.

O patrocínio do Sintergs ao projeto Oba! Artes é fundamental na mudança de comportamento e inserção das crianças que dele participam. “A manutenção do patrocínio é indispensável”, diz o presidente do Sintergs, Nelcir André Varnier.

O Sintergs também patrocinou a realização do espetáculo teatral “Todo mundo tem um sonho”, encenado por pessoas com deficiência intelectual vinculadas ao projeto Pertence. A apresentação foi realizada na noite de 15 de setembro durante a programação oficial do festival Porto Alegre Em Cena – um dos mais importantes encontros teatrais da América Latina. ■





Filipe Leiria

Vice-presidente do Ceap-Sindicato e membro do Conselho de Administração do IPE-Prev

O fim da aposentadoria

A PEC 06/2019, a chamada reforma da Previdência, traz consigo quatro eixos críticos: a capitalização, a desconstitucionalização, as mudanças paramétricas e as sobretaxações. Todas elas mudam por completo a noção de Previdência que tínhamos até então, ou seja, uma nova realidade previdenciária aponta para que as aposentadorias ou pensões se tornem assunto individual (como uma espécie de poupança) e não mais algo coletivo. A capitalização, expressão mais acabada dessa intenção que previa a privatização da Previdência, momentaneamente está fora do debate, mas ainda pode retornar. Assim, neste artigo falaremos sobre os reflexos das demais medidas na vida dos servidores públicos estaduais ativos, aposentados e pensionistas.

Mudança paramétrica, no caso da PEC 06/2019, significa que ela continua pública, mas as regras de aposentação (tempo de contribuição, de serviço público, idade mínima etc.) ficam cada vez mais distantes das regras de

cálculo do benefício (aposentadoria em especial). A lógica que a proposta traz é que, após cumprir os requisitos para se aposentar, o benefício de aposentadoria será significativamente reduzido a ponto de induzir o servidor a ficar mais tempo trabalhando, com a perspectiva de obter uma renda digna após uma longa vida laboral. Essa lógica contribui para violar regras de transição. Isso fica mais evidente quando analisamos as mudanças paramétricas em conjunto com a desconstitucionalização, abordada a seguir.

A desconstitucionalização agrava os efeitos das mudanças paramétricas, penalizando o servidor. Existem três fases da desconstitucionalização. A primeira fase, logo após a aprovação da PEC e antes da aprovação de uma lei federal, a segunda fase, entre a aprovação da PEC e a vigência de futura lei que regulará benefícios do RPPS da União, e as ditas regras de transição, que criam pedágios na fase um (por pontos) e na fase dois (por tempo de contribuição).

Contudo, mesmo passando por essas regras para se obter o benefício integral da aposentadoria e a paridade, é obrigatório alcançar a idade mínima de 60 anos para mulheres e 65 para homens. Não é uma transição, trata-se de uma transposição, pois ainda que se paguem pedágios o servidor continua penalizado. Na fase três as coisas pioram: a idade mínima passa a ser definida nas constituições de estados e leis orgânicas de municípios. Regras de aposentação, nas leis complementares e leis orgânicas de municípios, e benefício de aposentadoria, em leis ordinárias. Em resumo, com maioria simples dos presentes, o valor da aposentadoria (fator crucial para se aposentar ou não) pode ser alterado rapidamente, ao sabor do mandatário da vez.

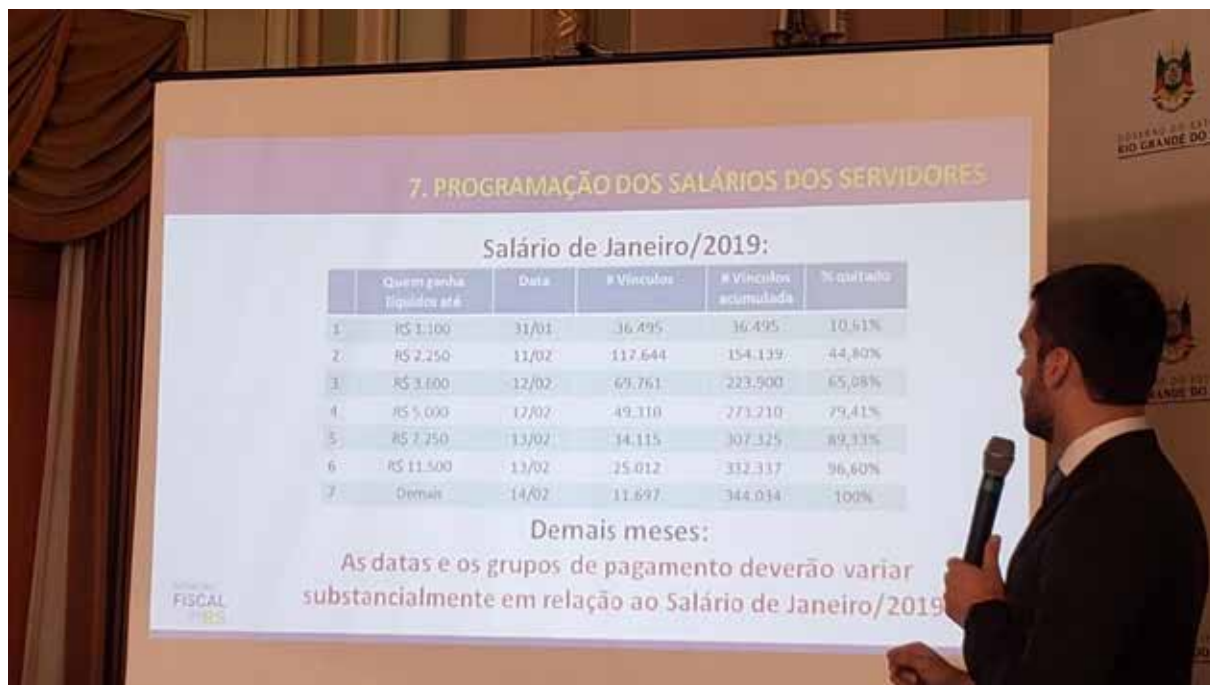
A PEC reduzirá os salários de servidores ativos, aposentados e pensionistas. A contribuição ordinária (hoje em 14%) passa a incidir sobre faixas salariais com alíquotas de até 22%. Na prática, no caso do Rio Grande d Sul, isso representará uma alíquota efetiva aproximada

de 16%. Além da contribuição ordinária progressiva, existe a contribuição extraordinária (ainda sem alíquota máxima definida), a ser criada através de lei de cada ente, que poderá por 20 anos incidir sobre os vencimentos de servidores ativos, aposentados e pensionistas.

Há ainda a ampliação da base de cálculo direcionada somente para aposentados e pensionistas: a contribuição ordinária passa a incidir não mais sobre tudo que excede o teto do Regime Geral, mas sobre o que exceder o salário mínimo, representando, na prática, uma redução de até R\$ 677,08. Essa última medida poderá entrar em vigor 90 dias após a promulgação da PEC 06/2019, bastando uma lei ordinária na Assembleia Legislativa.

Acúmulo de benefício de pensões sofrem reduções de 20%(benefício de até um salário mínimo) a 90% (segundo benefício acima de quatro salários mínimos). Em outros termos: redução de salário e benefícios no front! Por isso, é fundamental ajudar teu sindicato a combater o extermínio da Previdência. ■

SINTERGS exige diálogo produtivo com o governador



Protocoladas em abril deste ano, na Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, as três minutas de projetos que reestruturam a carreira dos Analistas, Especialistas e Extranumerários têm sido sistematicamente ignoradas pelo governador Eduardo Leite (PSDB). O ofício com o encaminhamento dos projetos foi entregue ao secretário-adjunto do Planejamento, Marcelo Soares Alves, no dia 10 daquele mês e, desde então, o Sintergs tentou marcar audiência e nunca teve um ofício acolhido pelo Executivo.

O primeiro documento foi enviado em 21 de maio e solicitava audiência para dar continuidade ao diálogo iniciado ainda em 2018, após a confirmação da eleição de Leite para o governo. Não houve resposta. No dia 1º de agosto, novo ofício enviado à Casa Civil reivindicava uma reunião com o governador a fim de tratar de assuntos do interesse da categoria. Mais uma vez, silêncio em relação ao pedido

de audiência – o que mostra o desrespeito com que Leite trata a categoria.

O governador também foi convidado para eventos públicos dos quais o Sintergs era promotor, mas novamente não houve qualquer tipo de manifestação por parte do Executivo gaúcho. Leite assumiu prometendo diálogo com a categoria dos servidores públicos, mas foi só tomar posse para a promessa cair no esquecimento.

O objetivo dos projetos de reestruturação das carreiras de Analista, Especialista e Extranumerário é a adoção de um plano de carreira para esses servidores de nível superior, com a consequente possibilidade de ascensão profissional e remuneração condizente com a formação e com a importância para o serviço público. Segundo o Sintergs, as perdas salariais desses servidores chegaram a 27,53% em março de 2019, desde janeiro de 2015. ■

Convênios garantem descontos em serviços a sócios do Sintergs

Desde o início de junho o Sintergs está com dois novos convênios para seus associados. No Serviço Social do Comércio (SESC), o acordo dá descontos de 5% a 20% nas várias modalidades oferecidas pela instituição, bastando apresentar o cartão de associado do Sindicato.

Os descontos de 10% valem para a academia de ginástica do SESC e para os serviços de odontologia, enquanto o convênio oferece 5% a menos nas consultas médicas e nutricionais, 15% de desconto no restaurante e 20% para ingressos em shows e atividades culturais. O convênio vale até maio de 2020.

No caso da Associação Cristã de Moços

(ACM), os descontos são de 50% nas taxas de inscrição para as modalidades de ginástica, natação livre (sem instrutor), esportes coletivos e terceira idade. O convênio tem validade indeterminada.

A partir de novembro entra em vigor o convênio firmado com a rede de farmácias Panvel. Para pagamentos à vista o associado do Sintergs, mediante informação do CPF, recebe um desconto de 12% em medicamentos tarjados e 35% em medicamentos genéricos, exceto em produtos em promoção ou que já estiverem com o desconto (nestes casos não terá cumulação de descontos). O convênio tem validade indeterminada.



Eleições SINTERGS

A eleição para nova Diretoria Executiva e do novo Conselho Fiscal para o triênio 2020/2022 do Sintergs está marcada para ocorrer no dia 19 de novembro de 2019, das 9h às 17h.

No dia da votação, os associados poderão votar no Centro Administrativo do Estado (Av. Borges de Medeiros, 1501), no Hospital Psiquiátrico São Pedro (Av. Bento Gonçalves, 2460) e na sede do Sintergs (Rua José de Alencar, 1089). O voto dos associados que residem no interior será por correspondência, de acordo com o regimento eleitoral.



Danilo Luiz Chiaradia Krause
Médico Veterinário
Especialista em Planejamento
Rural e Desenvolvimento Regional

Por que faltam recursos no RS?

Cidadãos que reclamam dos governos têm razão, seja pelos altos tributos que temos de pagar, seja pelos serviços prestados à sociedade, que são em geral insuficientes. Mas a existência de um Estado é necessária, na medida em que organiza e disciplina as relações sociais e, em particular, na economia. Sem ele, teríamos problemas em série que o mercado, por si só, não tem condições de resolver.

Uma das funções básicas de ação do Estado se dá pela política fiscal, que diz respeito ao fornecimento de bens públicos. Para que possa fornecer esses bens e arcar com as outras funções que lhe são atribuídas, é preciso gerar recursos, sendo a arrecadação tributária a principal fonte de receitas.

ICMS, IR, INSS, Cofins, IPI, CSLL, PIS/Pasep, ISS, IPTU, IPVA e IOF representam cerca de 90% da arrecadação tributária do país, sendo que os demais impostos são contribuições e taxas que não atingem a população como um todo, baseando-

-se no princípio do benefício.

Para disciplinar esses tributos, a legislação é constantemente modificada. São mais de 3.200 normas em vigor e cerca de 56 novas normas por dia útil no Brasil, o que explica a complexidade da nossa realidade tributária. Com esse emaranhado de regras é que se abrem as brechas para a sonegação e a judicialização das cobranças.

Segundo estudo realizado pelo IBPT (2009), aproximadamente 26,84% das empresas brasileiras praticam algum tipo de sonegação, sendo que os principais tipos de fraude fiscal se dão pela venda sem nota fiscal, pela compra de notas fiscais, doações irregulares, entre outros.

É necessário, também, considerar ainda o problema pela ótica da má administração dos recursos pelo governo. Isso leva aos contribuintes o sentimento de que a evasão fiscal é um exercício de legítima defesa, devido à ineficiência (seja pelos serviços que deixam de ser prestados, seja pela corrupção)

em gerir as receitas e sem oferecer contrapartida aos contribuintes.

Ainda devido à alta carga tributária, enfrentamos problemas como a informalidade no mercado de trabalho. A questão da informalidade pode gerar diferentes fenômenos, como evasão e sonegação fiscais, terceirização, microempresas, comércio de rua ou ambulante, contratação ilegal de trabalhadores assalariados nativos ou imigrantes, trabalho temporário, trabalho em domicílio etc.

Com base nesse tema, surgem algumas questões: quais as ações de combate à sonegação que foram adotadas pelo governo do Rio Grande do Sul nos últimos anos e quais ações poderiam ser implantadas para reduzir o problema? Quais ações o governo teria que executar para maximizar suas receitas e, além disso, para conscientizar a população a respeito da sonegação?

De acordo com os técnicos tributários do Rio Grande do Sul, em vários documentos apresen-

tados pela Afocefe Sindicato, a crise é de receita, e não iremos vencê-la replicando o modelo que nos conduziu a ela.

Os técnicos tributários têm alertado para o desmonte do setor de fiscalização ostensiva e a falta de investigação, quando são encontrados indícios de fraude.

Estudos acadêmicos e publicações dos técnicos tributários que apontam caminhos para a eficiência tributária, além disso, são ignorados pelo Executivo, resultando em uma dívida ativa, segundo o portal da Transparência, de R\$ 43 bilhões (dos quais apenas R\$ 11 bilhões seriam passíveis de cobrança) e uma sonegação fiscal de R\$ 7 bilhões ao ano (cerca de sete folhas salariais) mais as desonerações em torno de R\$ 4 bilhões anuais.

Entre as medidas possíveis, podemos citar:

1. Identificar os principais motivos ou causas que levam à sonegação com pesquisa de índices de sonegação, setores e impostos mais sonegados;

2. Descrever as principais práticas evasivas e elisivas por parte das empresas;

3. Analisar quais são as práticas existentes no processo de fiscalização e combate à sonegação;

4. Listar um conjunto de possíveis soluções, com base na literatura pertinente.

Sem isso, perde a população gaúcha, que não tem escolas públicas de qualidade, saúde e segurança devido a uma política equivocada na metodologia de fiscalização da Secretaria da Fazenda do Estado, sendo necessárias, urgentemente, medidas que visem reduzir a sonegação, bem como a sensação de impunidade dos maus contribuintes.

A existência do Estado é necessária para guiar, corrigir e complementar o mercado. Exigimos, portanto, que medidas efetivas sejam tomadas para que se reduzam a sonegação fiscal, as desonerações e a inadimplência do próprio Estado com seus contribuintes, por meio dos precatórios não pagos.



Associe-se ao Sintergs. Boa política tem nome.

Como faço para me associar no SINTERGS?

Para se associar no SINTERGS, o servidor deverá baixar a FICHA DE INSCRIÇÃO no link <https://sintergs.org.br/cadastro>, preencher corretamente todos os dados (não esquecendo os números do "código de autenticidade" do mês atual, que são aqueles 10 números que estão na parte superior direita do seu contra-cheque).

Encaminhar a ficha assinada para o endereço: Rua José de Alencar, 1089 - Menino Deus - CEP: 90880-481 - Porto Alegre/RS. Os servidores residentes em Porto Alegre tem a opção de solicitar a busca da ficha já preenchida através do telefone: 51 3025.0011.

Qual o valor da contribuição?

Conforme acordo coletivo deliberado em assembleia geral, o valor da contribuição sindical é de 1,2% do básico inicial do Analista letra A. (R\$ 3.370,02 x 1,2% = R\$ 40,44).

Quais as principais bandeiras do SINTERGS?

O sindicato possui bandeiras históricas de trabalho em defesa dos Servidores Públicos. Dentre suas principais atuações está a luta pela Data-Base para os servidores e a reestruturação e modernização do Plano de Carreira, de forma a colocar os Analistas, Especialistas em Saúde e Extranumerário em um patamar salarial condizente com suas atribuições. Está também na essência da entidade, a luta pela Previdência Pública e pelo fortalecimento do IPE-SAÚDE.

PREPARE-SE
VEM AÍ...

ESCOLA DE GESTÃO
MUITO MAIS QUE ISSO
DO SINTERGS

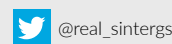
SE ENTREGUE. SE INTEGRE.



Direção SINTERGS (Gestão 2017/2019):
Nelcir André Varnier - Diretor Presidente
Guilherme Toniolo - Diretor 1º Vice-Presidente
Joanes Machado da Rosa - Diretor 2º Vice-Presidente
Ivone Antunes Peixoto - Diretor 1º Secretário
Ana Lúcia TouguinhaWeidle - Diretor 2º Secretário
Daniel Lima Gonzaga - Diretor Financeiro
Francisco Menegat - Diretor Financeiro Adjunto
Antônio Augusto Rosa Medeiros - Diretor de Política Salarial

Projeto Gráfico e Diagramação: Agência Bongô

www.sintergs.org.br



Coordenação: Valdir Bandeira Fiorentin
Edição e Textos: Flávio Ilha

Elpídio Jaques de Borba - Diretor Setorial, de Assuntos Funcionais e Qualificação Técnica
Valdir Bandeira Fiorentin - Diretor de Comunicação
Humberto Periolo - Diretor de Assuntos Regionais
Danilo Luiz C. Krause - Diretor de Assuntos Previdenciários e Saúde
Pedro Alberto Armani Martins - Representante Titular dos Aposentados
Lenora Horn Schneider - Representante Titular dos Aposentados

Tiragem: 10.000 exemplares